

**Reescrita do
passado e
conhecimento
histórico na
ficção
contemporânea
'A historiadora
obstinada', de
Chimamanda
Ngozi Adichie**

**Lucas Sampaio Costa
Souza¹**

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: lucas.sampaio@aluno.ufop.edu.br.



**Rewriting the
past and
historical
knowledge in
Chimamanda
Ngozi Adichie's
contemporary
novel "The
Headstrong
Historian"**

Resumo

Neste artigo, visamos, primeiro, apresentar uma perspectiva teórico-metodológica de diálogo entre Teoria da História, Literatura e Teoria Pós-colonial. Em seguida, analisamos como a ficção “A historiadora obstinada”, de autoria de Chimamanda Ngozi Adichie, se apropria do passado e produz um conhecimento histórico. Considerando a mútua interrogação entre ficção e história, procuramos investigar tanto os desafios quanto os empréstimos que existem entre a ficção histórica de Adichie e a historiografia. Neste sentido, sugerimos que o conto “A historiadora obstinada” (2017) nos coloca em contato com o aspecto imprevisível da História e desafia a narrativa cristalizada pelo colonialismo ao reescrever o encontro colonial.

Palavras-chave: Chimamanda Ngozi Adichie; Ficção; Historiografia; Encontro Colonial; Teoria Pós-colonial.

Abstract

In this article, I present a theoretical-methodological perspective of the dialogue between History Theory, Literature and Postcolonial Theory. Then, I analyze how Chimamanda Ngozi Adichie’s fiction “The Headstrong Historian” appropriates the past and produces historical knowledge. Considering the mutual interrogation between fiction and history, I investigate the ways in which Adichie’s historical fiction challenges, as well as, borrows historiography and vice versa. In this sense, I suggest that “The Headstrong Historian” puts the reader in contact with History’s unpredictability and challenges the narrative crystalized by colonialism as it rewrites the colonial encounter.

Keywords: Chimamanda Ngozi Adichie; Fiction; Historiography; Colonial Encounter; Post-colonial Theory.

Introdução

A partir da historicidade da relação entre História e Literatura, pretende-se investigar neste artigo de que maneira a ficção histórica “A historiadora obstinada” (ADICHIE, 2017) lida com o passado e com a distância histórica. Este problema de pesquisa surge da inquietação com a questão do sujeito subalterno na escrita da história, ou seja, das vozes interditas no discurso histórico. Como se sabe, esta questão se insere em um contexto teórico de crítica à produção de conhecimento no Ocidente² que envolve, entre outros, o questionamento do edifício científico³. Na historiografia⁴, este questionamento tem como um de seus ecos a virada narrativa. Responsável pela crítica à pretensão de cientificidade que caracterizou a história a partir do século XIX, a concepção que privilegia a dimensão narrativa da história é responsável também pelas reflexões situadas na fronteira entre ficção e história.

O debate acerca de tal fronteira é amplo e atravessa diferentes áreas do conhecimento. Entre as contribuições deste debate, está o entendimento de que o conhecimento histórico não se confunde com a produção historiográfica disciplinar. Esta relação entre escrita profissional sobre o passado e o conhecimento histórico pode ser compreendida a partir da distinção de Hayden White (2018) entre um “passado histórico” e “passado prático”. Tributária da concepção retórica da história, tal distinção indica que enquanto o “passado histórico” seria produzido pela ciência histórica desde que esta se propôs a estudar o passado como uma coisa em si mesma, purgando-se de qualquer interesse pelo “passado prático”, este último, por outro lado, diria respeito ao passado entendido à maneira leiga. Além disso, para White, “o passado prático [foi] jogado para fora da janela da história propriamente dita, [mas] voltou pela porta fornecida pelo romance realista” (WHITE, 2018, p. 15-16). No mesmo sentido, mas a partir da teoria da recepção, Paul Ricoeur assinala que “a escrita da história não se ajunta de fora ao conhecimento histórico, mas dele é solidária” (1997, p. 322). Para este historiador, “o entrecruzamento da história e da ficção” acontece na medida em que “a história e a ficção só concretizam cada uma

² Refere-se, aqui, ao vínculo entre a Teoria Pós-colonial e o Pos-estruturalismo. Ver GANDHI, Leela. *Postcolonial theory: a critical introduction*. Sidney: Allen & Unwin, 1996, p. 23-42.

³ A este respeito, mostra-se interessante a noção de regimes de verdade, presente em FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

⁴ Referências desta virada narrativa são WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994; e LACAPRA, Dominick, Retórica e História. *Revista Territórios e fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 2013.

sua intencionalidade tomando empréstimos da intencionalidade da outra” (1997, p. 316).

A mútua interrogação entre ficção e história é outra contribuição do debate cara aos nossos objetivos. Dominick LaCapra (1991; 2013) foi um dos historiadores que deu destaque para a questão ao propor que se entendesse a relação entre ficção e história como uma “mútua interrogação”, ou seja, uma alternativa às abordagens exclusivamente documentais com que historiadores costumam lidar com a ficção. Ao mesmo tempo, a proposta visa redimensionar certa tendência da Teoria Literária de entender o texto como encerrado em si e sem relação com o contexto. De uma perspectiva historiográfica diferente, Carlo Ginzburg (2007, p. 9) também já propôs entender a relação entre ficção e história como um conflito marcado por “desafios, empréstimos recíprocos, hibridismos”. Na Literatura, a “terceira verdade” do romancista e crítico de literatura Javier Cercas (2016, p. 48) surgiria, segundo ele, da “mútua contribuição” entre o que identifica como uma “verdade da história” e uma “verdade da literatura”.

Assim, nossa interpretação do conto “A historiadora obstinada”, de Chimamanda Ngozi Adichie, visa analisar como, a partir de questões do nosso presente, a autora se apropria do “passado histórico” do colonialismo com o intuito de suscitar um debate a respeito do tema no aqui e agora. Entre as questões contemporâneas mencionadas, assinala-se a crítica pós-colonial à escrita da história. O arco ficcional abrange o período de um século, balizados pelos anos de 1885 e 1972, mas nossa ênfase recairá sobre o momento da narrativa em que se dão a chegada do homem branco no clã de Nwamgba, protagonista da ficção, e as transformações epistemológicas e ontológicas decorrentes disso.

A ficção divide espaço com outros onze contos no livro *No seu pescoço* (ADICHIE, 2017), publicado pela autora nigeriana em 2009, mas traduzido para o português em 2017. Ao nos oferecer um ponto de vista interior à consciência da protagonista, a narrativa figura o caráter aberto do processo histórico colonialista e a ambiguidade das relações entre colonizador e colonizado. No mesmo sentido, pretende-se assinalar que a relação entre as personagens dá conta de diferentes posicionamentos diante da chegada do homem branco, matizando a agência do colonizado.

Ficção, história e realidade

Se a história buscou se afastar do “passado prático” em nome de seu status científico, a ficção, por seu turno, a partir de uma “conexão histórica íntima” com o romance (*novel*), ganha a acepção que mobilizamos aqui. Esta conexão histórica íntima de que fala Catherine Gallagher (2010, p. 632) nos parece um bom ponto de partida para compreender a relação entre ficção, história e realidade na sua longa duração. De acordo com esta teórica da literatura, foi durante o século XVIII que o conceito de ficção conquistou o terreno da verossimilhança e passou a ser concebido à maneira que nos é contemporânea. Isto a partir da já mencionada conexão com o romance. Antes, explica Gallagher (2010, p. 632), a ficção era entendida como uma história explicitamente inverossímil, enquanto “as narrações críveis em prosa – inclusive as que atualmente definimos como ficção – eram lidas ou como relatos reais ou como reflexões alegóricas sobre pessoas ou evento da contemporaneidade”.

Sem desconsiderar as rupturas do processo, a ascensão e declínio do romance histórico para o qual chama atenção White (2018) parece outra consideração importante para compreender de que modo a relação entre ficção e história se constituiu como é hoje. Tendo gozado de uma popularidade praticamente universal entre o público letrado do século XIX, a autoridade e o prestígio do gênero literário não só diminuíram com a constituição de um novo tipo de ciência no final do século XIX, como também sofreram grandes mudanças com os modernistas literários. Atualmente, esta autoridade e este prestígio estariam sendo revividos pelos autores “pós-modernos”, sobretudo na forma do que Linda Hutcheon (1991) classifica como “metaficção historiográfica”.

O conceito de Hutcheon se apresenta como uma tentativa de dar conta de novas tendências da literatura contemporânea que fazem uma grande mistura para pensar novas abordagens, principalmente da história. Neste sentido, o conceito também traz em seu bojo a dimensão autorreflexiva da ficção contemporânea, que busca pensar a si mesma no próprio interior da narrativa ficcional. Ademais, sendo historiográficas, estas metaficções estão direcionadas para uma reflexão sobre a história, sobretudo no que diz respeito à problematização do discurso histórico.

Tal maneira de lidar com a história a partir de uma grande mistura e trazendo a ficção para o debate pode ficar mais evidente se vista em perspectiva com o realismo do século XIX. Autores como Honoré de Balzac e Stendhal marcaram época com suas

ambições de realizar um retrato da sociedade por meio da literatura⁵. Porém, um retrato da realidade histórica à maneira oitocentista pressupunha a possibilidade de uma relação não problemática entre a literatura almejada e a realidade social a ser retratada. O recurso ao verossímil, neste caso, é imprescindível.

Já o que procuram fazer as ficções contemporâneas, de acordo com Hutcheon (1991, p. 142), é justamente a problematização deste processo entre realidade e narrativa. Haveria, na escrita pós-moderna, a recusa do verossímil em nome da ênfase à dimensão ficcional. É possível entender esta recusa como um segundo tempo da conquista da verossimilhança de que nos fala Gallagher (2010). Se no século XVIII houve a apropriação do verossímil por parte da ficção, o desdobramento atual teria a ver com uma problematização dela e de sua capacidade de dizer a verdade.

De todo modo, é preciso assinalar que esta recusa do verossímil e a ênfase do caráter ficcional não é tanto o caso de “A historiadora obstinada”. A narrativa de Adichie não procura subverter a relação de parecença entre literatura e realidade. Seu enredo não desafia a expectativa de uma história real, pois conta com uma série de elementos referenciais, como datas, países e companhias de comércio. A narração é majoritariamente confiável, não duvidamos das perspectivas ali presentes, embora algumas suscitem reprovações enquanto outras, um assentimento quase eufórico.

Do ponto de vista da problematização do conhecimento histórico, sim, a ficção da autora nigeriana se aproximaria mais de uma metaficção historiográfica. Isto porque o conto de Adichie está em consonância com a necessidade que, segundo Hutcheon (1991), tanto história quanto ficção compartilham de contestar certos pressupostos do romance realista e da historiografia do século XIX. A narrativa de Adichie interpela diretamente esta concepção de história e suas narrativas históricas sobre o colonialismo.

Já para a crítica literária Josefina Ludmer (2010), muitas ficções contemporâneas tornam possível falar em uma “literatura pós-autônoma”. Esta literatura, como explica Ludmer, seria caracterizada pela total imbricação entre ficção e realidade. Nas palavras da autora, trata-se de escrituras que “não admitem leituras literárias, isto quer dizer que não se sabe ou não se importa [...] se são realidade ou

⁵ Enquanto *A comédia humana* de Balzac é conhecida como uma das maiores expressões da ideia da literatura como um retrato da realidade, o romance histórico de Stendhal, *O vermelho e o negro*, tem sua narrativa movida pelo ambiente restaurador da França da década de 1830.

ficção” (LUDMER, 2010, p. 1). Deve-se observar que a teorização de Ludmer (2010) parte de “escrituras atuais da realidade cotidiana que se situam em ilhas urbanas”. Por outro lado, os livros citados pela autora são destacados pelo fato de que “nesses textos os sujeitos se definem pelo seu pertencimento a certos territórios” (LUDMER, 2010, p. 1).

Neste sentido, a pertinência do conceito de Ludmer (2010), aqui, está menos na vinculação ao urbano ou à realidade cotidiana do que no pertencimento ao território de seus sujeitos. Isto porque um elemento de “A historiadora obstinada” caro à nossa interpretação é o fato de que tanto Nwamgba, heroína do conto, quanto Adichie, a autora, são mulheres africanas apresentando um ponto de vista acerca de um momento histórico capital para a contemporaneidade, a chegada do homem branco ao continente africano.

O conhecimento histórico da ficção

Afirmar que a ficção lida com a realidade significa dizer que ela é produtora de um conhecimento particular sobre a realidade. Este é um de nossos pressupostos fundamentais. Mas de que tipo de conhecimento estamos falando? Qual é sua relação com o passado e com a história? O panorama sobre o potencial cognitivo da literatura realizado por Étienne Anheim e Antoine Lilti (2010) nos mostra que a ideia da literatura como portadora de um saber não é nova. tal como toda produção humana, esta ideia também assumiu diferentes formas ao longo do tempo. Um exemplo são as Antigas justificações de *belles-lettres* sobre a utilidade moral da literatura, a mesma à qual lança luz o romancista espanhol Javier Cercas (2016) quando defende uma “verdade da literatura”.

A este respeito, vale resgatar a argumentação do romancista Javier Cercas (2016) sobre os gêneros literários se distinguirem não só por seus aspectos formais, mas também pelas perguntas que lançam. A distinção entre história e literatura, por exemplo, se daria em função das perguntas morais que caracterizam esta última. Neste sentido, Cercas (2016, p. 46) propõe que o romance precisa se valer da “liberdade compositiva” que o caracterizou até o século XVIII para cumprir com sua única obrigação, a de ampliar nosso conhecimento do humano. É que o romance, para Cercas (2016, p. 46), se define, sobretudo como uma ferramenta de investigação

existencial. Assim entendida, a literatura seria responsável por uma verdade, mas uma verdade diferente daquela produzida pela disciplina histórica.

Aproximando-nos de uma margem mais historiográfica, parece interessante considerar o ensaio sobre “a filosofia inquietante da história” que o historiador Felipe Charbel (2015) interpreta do romance *Austerlitz*, de W. G. Sebald. Neste ensaio, Charbel (2015, p. 125) explica que “a abordagem científica do passado, regada por protocolos intersubjetivos de validação, não consegue dar conta de certo conjunto de indagações”. Faz parte da argumentação de Charbel (2015) a concepção de literatura responsável por um conhecimento de natureza insondável, capaz de produzir conhecimento moral, mas no sentido de contribuir para o como lidar com a existência, e não da prescrição de regras sobre o que se deve ou não fazer.

Desta maneira, o conhecimento histórico produzido pela literatura pode ser caracterizado por sua natureza especulativa, que tende ao geral, à maneira das filosofias da história do século XVIII, mas sem o caráter teleológico. No bojo deste conhecimento, está a dimensão prática tão cara à concepção retórica de história, mas que foi “deslocada do horizonte investigativo de uma ciência excessivamente fragmentada, exilada pelo declínio aparentemente irreversível das metanarrativas” (CHARBEL, 2015, p. 126). A pergunta pelo sentido, nos termos de Charbel (2015), ou o “passado prático”, para usar o conceito de White (2018), tem encontrado na literatura, especialmente nas narrativas ficcionais, seu abrigo.

Ficção e historicidade

Como também observa Charbel (2017) sobre “A ficção histórica e as transformações do romance”, os debates acerca da dimensão discursiva que marcaram as décadas de 1970 e 1980 foi assimilada pelos teóricos da história já há algum tempo. Por outro lado, o historiador identifica em obras literárias mais recentes um reconhecimento do valor ontológico da história. Em outras palavras, as narrativas ficcionais que abordam a história têm se dedicado a figurar certas concepções ontológicas da reflexão historiográfica, entre as quais destaca-se a historicidade. Nas palavras do autor, trata-se de

obras literárias mais recentes que, embora assumindo um tom autorreflexivo, se pautam pelo desejo manifesto de restituir um grau de estranhamento ao passado, por meio do tratamento ficcional da

condição de ser histórico: a historicidade (CHARBEL, 2017, p. 61).

Em sintonia com a argumentação de Charbel (2017) parece estar a defesa de um valor epistemológico da literatura para a qual chamam atenção Étienne Anheim e Antoine Lilti (2010) na introdução ao dossiê “Savoirs de la littérature”, da revista *Annales: Histoire, Sciences Sociales*. Como assinala Charbel (2015, p. 125) no seu já mencionado ensaio sobre o romance *Austerlitz*, embora a literatura não possa “ser vista, exclusivamente, como depositária de saberes diversos, postos em circulação pela ciência”, esta é uma relação que tampouco deve ser negligenciada.

A abordagem dos historiadores Anheim e Lilti (2010) sobre os saberes da literatura também aponta neste sentido na medida em que os autores assinalam a riqueza da relação entre literatura e ciências sociais, com ênfase na história. No que se refere ao saber propriamente histórico da literatura, os historiadores franceses entendem a literatura como uma maneira de pensar a historicidade e a experiência humana a partir de sua relação com o tempo, com a guerra e com a morte. Segundo eles, “no lugar de um face a face entre o saber dos historiadores e a liberdade dos romancistas, pode-se permitir uma pluralidade legítima de discursos se apropriando do passado de maneiras diferentes” (ANHEIM e LILTI, 2010, p. 6-7).

De fato, como temos procurado destacar, a ideia de uma pluralidade legítima de discursos se apropriando do passado de maneiras diferentes é a perspectiva que adotamos. A pluralidade contempla a questão do monopólio da produção de conhecimento sobre o passado por parte dos historiadores, monopólio este que, como vimos com Hayden White (2018) e Paul Ricoeur (1997) já não mais existe. Desde os anos 1970, sabemos que o conhecimento produzido pelo historiador é tão localizado quanto qualquer outro, embora isto não implique na invalidação da materialidade extradiscursiva do conhecimento historiográfico⁶. Ao mesmo tempo, a noção de pluralidade viabiliza as interrogações mútuas entre os discursos.

Um outro ponto de vista sobre a história

⁶ Sobre o “lugar social” do historiador, ver CERTEAU, 1982, p. 57-69. Quanto ao debate sobre a materialidade extradiscursiva da história, uma perspectiva com a qual nos coadunamos é a de LACAPRA, 2001. Em “Escribir la memoria, escribir el trauma”, LaCapra critica o conceito de substância narrativa, mobilizado por Frank Ankersmith e Hayden White, e seu não reconhecimento da possibilidade de estruturas narrativas, como a historiografia ou a ficção, reivindicarem a verdade.

A estrutura narrativa de “A historiadora obstinada” está mesmo baseada na chegada de “homens brancos” ao clã da heroína e no impacto disso para aquela sociedade. Na ficção, o encontro entre colonizador e colonizado é deslocado de seu caráter épico e ganha um sentido corriqueiro e desimportante. Para tanto, desde o princípio do arco narrativo, a ficção põe em cena um ponto de vista outro para o mundo. Na medida em que há a profusão de elementos particulares à cultura encenada, é como se os códigos culturais da protagonista Nwamgba passassem a ser também os dos leitores.

A eficácia da figuração de um modo de vida a certa distância de nós também acontece pelo contraste entre o início do arco narrativo e seu final, decorrido um século. Além disso, talvez seja possível considerar as outras 11 narrativas inteiramente urbanas e industrializadas que antecedem “A historiadora obstinada” no livro em que foi publicado. É a partir deste universo ficcional que a consciência da protagonista Nwamgba pode ser considerada a figuração de um outro ponto de vista sobre a história, à maneira dos discursos interditados no processo de profissionalização da história.

No trecho que dá início ao conto, é possível notar os elementos que garantem essa distância histórica e cultural em relação às sociedades industriais e urbanizadas.

Muitos anos depois que seu marido morreu, Nwamgba ainda fechava os olhos de vez em quando para reviver suas visitas noturnas à cabana dela e as manhãs seguintes, quando ela caminhava até o riacho cantando [...]. Desde o instante em que Nwamgba viu Obierika pela primeira vez numa luta, quando ambos não paravam de se olhar, quando ainda eram jovens demais, ela ainda sem o pano da menstruação, acreditou com uma teimosia mansa que seu *chi* e o *chi* dele haviam predestinado seu casamento, e, assim, quando ele veio ver seu pai alguns anos depois, levando cabaças de vinho de palma, acompanhado por seus parentes, ela disse à mãe que aquele era o homem com quem ia se casar. Sua mãe ficou horrorizada. Será que Nwamgba não sabia que Obierika era filho único, que seu falecido pai fora um filho único cujas esposas tinham abortado filhos e enterrado bebês? Talvez alguém da família houvesse violado o tabu de vender uma menina como escrava e o deus da terra, Ani, estivesse assolando-os com infortúnios (ADICHIE, 2017, p. 212-213).

Deve-se observar também a violência encontro colonial como um dos aspectos figurados pelo conto. A chegada do homem branco no clã é também a chegada de uma força impositiva que altera a ordem social vigente.

Ayaju voltou de uma viagem em que fora trocar mercadorias com mais uma história: as mulheres em Onicha estavam reclamando dos homens brancos. Elas tinham ficado com felizes quando eles construíram um posto de troca, mas agora os homens brancos estavam querendo ensiná-las como fazer negócio e, quando os anciãos de Agueke, um clã de Onicha, se recusaram a colocar os polegares num pedaço de papel, os homens brancos vieram à noite com os homens normais que os ajudavam e arrasaram a aldeia. Não tinha sobrado nada. Nwamgba não entendeu. Que tipo de arma esses brancos tinham?[...] Semanas depois, Ayaju voltou com outra história: os homens brancos tinham construído um tribunal em Onicha, onde julgavam disputas locais. Tinham vindo, de fato, para ficar. Pela primeira vez, Nwamgba duvidou da amiga. Não era possível que o povo de Onicha não tivesse seu próprio tribunal. O tribunal do clã vizinho ao de Nwamgba, por exemplo, só fazia sessões durante o festival do inhame novo, de modo que o rancor das pessoas crescia enquanto elas esperavam por justiça. Um sistema estúpido, na opinião de Nwamgba, mas, sem dúvida, todos tinham o seu (ADICHIE, 2017, p. 219-220).

Mas um dos impactos menos comuns que “A historiadora obstinada” provoca em nosso imaginário surge da banalidade com que o encontro colonial é encenado, fazendo do herói conquistador alguém de aparência ordinária e indefesa, a quem se dirigem risadas e uma tigela de água fresca. Há uma cena em especial em que a figuração deste ponto de vista alheio à superioridade europeia ganha relevo:

No dia em que os homens brancos visitaram seu clã, Nwamgba largou o pote que estava prestes a colocar no forno, pegou Anikwenwa e as meninas que eram suas aprendizes, e correu para a praça. A princípio, ficou desapontada em ver a aparência ordinária dos dois brancos, que pareciam indefesos e eram da cor de albinos, com pernas e braços frágeis e delgados. [...] Eram todos da Congregação do Espírito Santo; haviam chegado a Onicha em 1885 e estavam construindo sua escola e sua igreja lá. Nwamgba foi a primeira a fazer uma pergunta: Eles por acaso haviam trazido suas armas, aquelas que tinham usado para destruir o povo de Agueke, e ela podia ver uma? O homem disse que infelizmente eram os soldados do governo britânico e os mercadores da Royal Niger Company que destruíam aldeias; já eles traziam boas novas. Ele falou de seu deus, que viera ao mundo para morrer, e que tinha um filho, mas não tinha esposa, e que era três, mas também era um. Muitas das pessoas que estavam perto de Nwamgba riram alto. Algumas foram embora, pois tinham imaginado que o homem branco era um grande sábio. Outras ficaram e ofereceram tigelas de água fresca (ADICHIE, 2019, p. 219).

Interessa observar que o ponto de vista alheio à superioridade do homem branco faz parte da concepção da ficção. Nwamgba não reconhece qualquer autoridade naquele estrangeiro não por desconhecer ou ignorar a história do colonialismo, mas por estar no meio do processo. Está em jogo o tratamento ficcional

da condição de ser histórico, incluindo, como se verá, o ônus da imprevisibilidade da História.

Dessa forma, a apropriação do passado com vistas à intervenção no debate contemporâneo desafia a historiografia, mas tomando empréstimos. Elementos ancorados na realidade como o nome da companhia de comércio e a data de chegada dos colonizadores naquela região contribuem para o aspecto historiográfico da cena. O interesse da ficção de Adichie pela chegada de ingleses e franceses na região *igbo* da Nigéria, em 1885, está orientado para a figuração de uma crítica à história escrita sobre este acontecimento.

Está em cena o lado contrário à ideia da colonização como um processo civilizatório, empreendido pelas nações mais desenvolvidas em favor de sociedades primitivas. Esta versão do “fardo do homem branco”⁷ sobre a colonização vem sendo questionada por autores como Aime Cesaire (1978) e Frantz Fanon (1968) desde pelo menos os anos 1950 e 1960. Na ficção deve-se assinalar o trabalho de Chinua Achebe não só por ser reconhecido como o fundador do romance africano moderno, mas também por ocupar lugar de destaque no universo literário afetivo de Chimamanda Adichie.

Reconhecido pela publicação de *Things Fall Apart* (ACHEBE, 2017) em 1958, Achebe é considerado pela autora como o romancista que a “encorajou e possibilitou que pudesse escrever sobre as coisas que conhecia bem” (ADICHIE, 2005). São, de fato, muitos os momentos em que Adichie (2006, p. 2; 2008, p. 42; 2010, p. 3; 2013, p. 2) contrapõe o eurocentrismo de sua formação inicial como leitora às possibilidades surgidas após a leitura da ficção de Chinua Achebe. Isto contribui para nossa interpretação de “A historiadora obstinada” como a figuração de um ponto de vista africano acerca do momento histórico em cena.

O passado indigesto do colonialismo

No entanto, não é apenas a encenação de um ponto de vista *igbo* o que está em jogo em “A historiadora obstinada”. Também as ambiguidades entre colonizador e colonizado fazem parte deste universo ficcional. Antes de mais, deve-se considerar a formação intelectual da autora. A formação universitária de Chimamanda Adichie

⁷ De autoria do poeta inglês Rudyard Kipling, “The White Man’s Burden” foi publicado pela primeira vez em 1899 e está entre as fontes do entendimento do colonialismo como um processo civilizatório levado a cabo pelo homem branco em benefício dos territórios espoliados e seus povos.

aconteceu em um ambiente acadêmico marcado pelo que Nicholas Dames chamou de geração teoria, ou seja, um contexto intelectual de efervescência da síntese entre pós-estruturalismo e marxismo que deu origem à Teoria Pós-colonial⁸.

Ao fim dos anos 1990, após completar o ensino básico de sua formação na Nigéria, Chimamanda Adichie mudou-se para dos Estados Unidos a fim de realizar sua formação universitária. Estudou Comunicação na Drexel University, transferindo-se para a Eastern Connecticut State University após dois anos, onde se graduou em 2001 com diploma em Comunicação e especialização em Ciência Política. Este dado biográfico permite pensar as ambiguidades entre colonizador e colonizado como a resistência teórica oferecida pelo estudos pós-coloniais à vontade de esquecer o passado indigesto do colonialismo.

Os companheiros dos homens brancos eram homens normais, mas também pareciam estrangeiros, e apenas um falava igbo, mas com um sotaque estranho. Ele disse que era de Elele; os outros homens normais eram de Serra Leoa, e os brancos, da França, um lugar longe do outro lado do mar (ADICHIE, 2017, p. 219).

A princípio, a distinção entre homens normais e homens brancos, entre lugares familiares e lugares “longe do outro lado do mar” nos lembra mais uma vez do ponto de vista a partir do qual a cena é narrada. Desta feita, a voz narrativa ainda se confunde com a voz da personagem Nwamgba, de maneira a contribuir para o efeito de um olhar interno à situação encenada. Mas a relação entre colonizadores e colaboradores também indica para o que observou a teórica pós-colonial Leela Gandhi (1996, p. 4), segundo quem “o processo de retornar à cena colonial releva uma relação de recíproco antagonismo e desejo entre colonizador e colonizado.”

Esta compreensão pós-colonial da colonização se processa no texto de Adichie (2017) a partir das diferentes maneiras com que as personagens *igbo* reagem ao encontro colonial. Enquanto a imposição de poder marca a ruptura entre passado e presente, a sincronia do novo tempo é figurada a partir de relações ambíguas entre colonizador e colonizado. As diferentes personagens africanas que povoam o conto assumem posicionamentos distintos diante da ação colonialista. Está em tela, por um lado, o impacto ontológico e epistemológico do colonialismo, pois, como nos mostra Edward Said (2007, p. 27-272), o discurso sobre o outro que o colonialismo constrói

⁸ Refere-se, aqui, ao vínculo entre a Teoria Pós-colonial, Pos-estruturalismo e marxismo. Ver GANDHI, Leela. *Postcolonial theory: a critical introduction*. Sidney: Allen &Unwin, 1996, p. 23-42.

para si envolve a produção de um conhecimento que nada tem de neutro. Trata-se do colonialismo como uma forma de conhecer o outro baseada na distinção ontológica e epistemológica, ou seja, um modo de discurso que impacta tanto no ser do colonizado quanto na sua forma de conhecer o mundo.

Mesmo Nwamgba, dotada de uma consciência notadamente crítica à chegada do homem branco, contribui para a interpretação do processo histórico como marcado pelas relações ambíguas. Isso porque também a protagonista adere ao projeto colonialista, apesar de movida por uma questão explicitamente estratégica, e não por consequência do impacto epistemológico do discurso colonialista. Seguindo o conselho da amiga Ayaju, de acordo com quem era importante que se aprendesse “os hábitos daqueles estrangeiros, pois um povo mandava no outro não por ser melhor, mas por ter armas melhores; afinal, seu próprio pai não teria sido vendido como escravo se seu clã fosse tão bem armado quanto o clã de Nwamgba” (ADICHIE, 2017, p. 215); seguindo este conselho, Nwamgba se convence a enviar o filho Ankwenwa à escola missionária.

O intuito de Nwamgba era angariar alguma parcela do poder que vinha caracterizando aquele novo momento, mas o que se vê daí em diante é um processo de profunda transformação subjetiva de seu filho Ankwenwa. Durante algum tempo, Nwamgba acompanha esta transformação de maneira ambígua. No início, quando Ankwenwa deixa de cumprir com suas obrigações na aldeia e os meninos com quem ele costumava varrer a praça reclamam, “Anikwenwa [...] respondeu algo em inglês, algo que soava ríspido e que fez os meninos calarem a boca e encheu Nwamgba de um orgulho indulgente” (ADICHIE, 2017, p. 224). Depois, até mesmo o orgulho indulgente dá lugar à ideia de Ankwenwa como uma “pantomima bizarra, que a faz se perguntar se havia interferido no destino dele” (ADICHIE, 2017, p. 224). O casamento do filho é marcado pela sensação de perda de sentido do mundo e a vontade de um retorno ao passado, além do desejo de se libertar “um mundo que cada vez fazia menos sentido” (ADICHIE, 2017, p. 226).

Considerações finais

A partir do que foi apresentado, o conto “A historiadora obstinada” pode ser entendido como um contato com o aspecto imprevisível da História que desafia a narrativa cristalizada do colonialismo e o esquecimento das ambiguidades do encontro colonial. Tais compreensões da História e do encontro colonial podem ser

encontradas entre as reflexões historiográficas e da Teoria Pós-colonial propriamente dita. Mas a contribuição da ficção para a historiografia que gostaríamos de destacar refere-se ao trabalho da ficção com a linguagem.

Como se viu, em “A historiadora obstinada”, encontra-se processado certo entendimento sobre a História. Sobretudo do ponto de vista *igbo* da protagonista Nwamgba, Adichie parece manejar aquela carga interpretativa que a análise regressiva do evento tende a lhe impor, nos fazendo perceber a imprevisibilidade das ações humanas. O processo histórico da colonização é encenado como a banalidade da chegada de mais um grupo de estrangeiros, com a única diferença de ser um grupo de brancos. Neste contexto, as escolhas dos colonizados são ambíguas porque tem de lidar com a contingência, sem poder se valer de nossa vantagem retrospectiva.

Quando a ficção encena uma consciência para lidar com um momento histórico cristalizado pela narrativa historiográfica também nos faz perceber a História como a totalidade do acontecer humano da qual falou historiadores como Reinhert Koselleck (2006, p. 41-61). A situação que se estende desde o envio de Ankwenwa para a escola até o momento em que Nwamgba se dá conta de que “seu filho habitava um espaço mental que lhe era estranho” nos permite compreender a dimensão caótica do processo histórico, isto é, ainda independente da posterior atribuição de sentido.

Ao mostrar a História como a totalidade e o produto do acontecer humano, o conto “A historiadora obstinada” alcança dois outros efeitos em sintonia com as demandas históricas e sociais de nosso tempo. A partir de seu enredo, a dimensão discursiva da história é exposta na exata medida em que se assinala a zona cinzenta da relação entre colonizador e colonizado. Em primeiro lugar, é por meio da revisita ao encontro colonial - este arquivo de “múltiplas histórias de contestação e seu desconcertante oposto, a cumplicidade” (GANDHI, 1996, p. 5) - que a ficção nos faz perceber que a História envolve desejo, poder e interesse. Quando Nwamgba decide por levar seu filho à escola missionária, é como se estivesse movida por questões de uma historicidade alheia à história do colonialismo europeu que conhecemos hoje. Para a protagonista da ficção, está em jogo o aprendizado dos hábitos e da língua do colonizador no intuito de angariar algum poder para a disputa familiar que a protagonista travava com a família do falecido marido.

Em paralelo, se a ficção encena essa ideia de que a História existe para além do registro que se fez dela, ela também revela o quanto da versão que conhecemos

envolveu o “lugar social do historiador” que a escreveu. E às vezes de maneira incomum à historiografia, como quando o colonizador aparece com uma história tão estapafúrdia aos olhos das personagens *igbo* que se torna alvo de gargalhadas e da compaixão de uma tigela d’água.

Artigo recebido em 05 de abril de 2021.

Aprovado para publicação em 17 de junho de 2021.

423

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. “A historiadora obstinada”. In: ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *No seu pescoço*. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. “African “authenticity” and the Biafran Experience”. *Transition*, n. 99, 2008, p. 42-53. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20204260>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. “The varieties of blackness: an interview with Chimamanda Ngozi Adichie”. Entrevista concedida a Aaron Bady. *Boston review*, 10 jul. 2013. Disponível em: bostonreview.net/fiction/varieties-blackness. Acesso em: 08 set. 2020.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. “A conversation with Chimamanda Ngozi Adichie”. Entrevista concedida a Parul Sehgal. *Tin House Summer Issue*, 09 jun. 2013. Disponível em: <https://parulsehgal.com/2013/06/09/a-conversation-with-chimamanda-ngozi-adichie/#more-813> . Acesso em: 21 set. 2020.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Interview*. Entrevista concedida a Daria Tunca. Disponível em: www.cerep.ulg.ac.be/adichie/cnainterviews.html. Acesso em: 04 abr. 2021.

ANHEIM, Étienne; LILTI, Antoine. “Savoir de la littérature”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, v. 65, n. 2, p. 253-260, 2010.

BENTIVOGLIO, Julio. “Leopold von Ranke. Sobre o caráter da ciência histórica”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História*, vol. 1. Porto Alegre: Editora FGV: EdiPUCRS, 2010.

CERCAS, Javier. “La tercera verdad”. In: CERCAS, Javier. *El punto ciego*. Buenos Aires: Random House, 2016.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHARBEL, Felipe. “A ficção histórica e as transformações do romance”. In: *As formas do romance: estudos sobre a historicidade da literatura*. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2017.

CHARBEL, Felipe. “Uma filosofia inquietante da história: sobre Austerlitz, de W. G. Sebald”. *Revista história da historiografia*. Ouro Preto, n. 19, Dezembro, 2015, p. 124-141.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GALLAGHER, Catherine. “Ficção”. In: MORETTI, Franco (org.) *A cultura do romance*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naif, 2010.

GANDHI, Leela. *Postcolonial theory: a critical introduction*. Sidney: AllenUnwin, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: “o passatempo do tempo passado”. In: HUTCHEON, Linda. *A poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad.: Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KOSELLECK, Reinhert. “Historia Magistra Vitae: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad.: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACAPRA, Dominick. “História e o romance”. Trad. Nelson Schapochinik. *Revista de História*. Campinas, nº 2/3, 1991, p.118-119.

LACAPRA, Dominick. “Escribir la memoria, escribir el trauma”. In: LACAPRA, Dominick. *Escribir la memoria, escribir el trauma*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2005.

LACAPRA, Dominick. *The mutual interrogation between History and Literature*. History, Literature, Critical Theory. Ithaca and London: Cornell University Press, 2013.
LACAPRA, Dominick. Retórica e História. *Revista Territórios e fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., 2013.

LUDMER, Josefina. “Literaturas pós-autônomas”. *Sopro*, v. 20, jan/2010. Disponível em: <http://culturaebarbarie.org/sopro/n20.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WHITE, Hayden. "O texto histórico como artefato literário". In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

WHITE, Hayden. "O passado prático". *ArtCultura*, Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 9-19, jul.-dez. 2018.